

ACTA NÚMERO DOIS

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e oito, reuniu no Auditório Municipal de Mesão Frio, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----

Ponto três: Documentos de Prestação de Contas do ano de 2007 – Proposta de Aprovação; -----

Ponto quatro: Aplicação do Resultado Líquido do ano de dois mil e sete – Proposta de Aprovação;-----

Ponto cinco: Aprovação da 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2008; -----

Ponto seis: Criação da CIM – Comunidade Intermunicipal do Douro – Proposta de adesão;

Ponto sete: Designação de um membro para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;-----

Ponto oito: Período aberto ao público. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia, Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, que nessa qualidade abriu a sessão às vinte e uma horas e sete minutos, António José Rodrigues Teixeira, 1.º Secretário, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, 2.ª Secretária, Maximiano Pereira Correia, Maria João dos Santos Martins Monteiro, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Rosa Freitas da Silva, Altino de Sousa, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira (PPD/PSD), Nuno Vasco de Almeida Machado, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Júlio da Fonseca Esteves e Manuel Pinto de Sousa (PS). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara, António Adelino Osório, comparecendo pelas vinte e uma horas e quarenta e três minutos José Luís Paiva Cortês (PPD/PSD), Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto (PS) Vereadores. -----

A Presidente da Assembleia começou por alertar para o facto do ponto três da ordem de trabalhos surgir incompleto, tendo procedido à sua correcção “ Ponto três – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, documentos de prestação de contas do ano de 2007 – proposta de aprovação.”-----

De seguida, os elementos da Assembleia procederam à leitura da acta da reunião anterior, para posterior aprovação. Não havendo alterações a acrescentar, a acta foi aprovada por unanimidade. -----

A Presidente da Assembleia fez referência à correspondência recebida desde a última sessão.-----

No período antes da ordem do dia inscreveram-se para intervir os deputados, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea, Manuel de Barros e Nuno Vasco de Almeida Machado.-----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio começou a sua intervenção, lendo o extracto da acta da reunião anterior, referente à sua comunicação, para relembrar o senhor Presidente da Câmara de que quer ver resolvidas as situações do saneamento e obstrução da estrada da Matosa, pois é da responsabilidade da Câmara. Reforçou a ideia de que não quer voltar a insistir no assunto e que quer ver a situação resolvida.-----

O deputado Firmino Teixeira Várzea fez uso da palavra para ler uma comunicação acerca da construção do campo de futebol de Mesão Frio que se anexa.-----

O deputado Manuel de Barros tomou a palavra para referir que a Câmara e a Assembleia Municipal tinham de tomar uma posição acerca do facto do Instituto do Douro e Vinho do Porto, pretender penalizar os benefícios com as letras C, D, E e F, já que seria catastrófico para os agricultores do concelho se tal vier acontecer. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado na sua intervenção, deu conhecimento à Assembleia de que tinha solicitado à Câmara Municipal uma relação de obras administradas de forma directa e ficou pasmado com a resposta que recebeu, na qual o Presidente da Câmara informou que “não é metodologia dos serviços fazerem a designação às obras, nem aos seus custos.”O deputado continuou no uso da palavra, questionando a Assembleia: “como era possível verificar se há disfunções e gerir a despesa em compra de material de construção, se não se sabe para onde este vai?”. Referiu ainda que a superintendência e coordenação são funções específicas do Presidente da Câmara, as quais exigem um permanente acompanhamento e que, como não há critérios rigorosos para controlar as despesas, não admira que se fale em desvios

de material para obras particulares. Por fim remeteu um requerimento à mesa, da relação discriminada (localização/custo) das estradas, muros e caminhos intervencionados por administração directa, desde um de Janeiro de dois mil e sete até quinze de Abril, o qual se anexa à presente acta.-----

De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que, em relação à intervenção do deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, referiu que “a situação não está esquecida e não se pretende massacrar a população, mas na verdade o saneamento foi ligado ilegalmente e, por isso, uma forma de resolver drasticamente a questão seria multando as pessoas. E não é isso que se quer fazer”. -----

Em relação ao material que estaria a obstruir a estrada da Matosa, o Presidente da Câmara referiu encontrar-se em terreno particular. -----

Relativamente à situação do campo de futebol, o Presidente da Câmara referiu estar tudo legal e moralmente correcto. Acrescentou que foi feito um estudo à situação, e se o negócio fôr concretizado a Câmara terá uma mais valia de setenta mil euros. Informou ainda que se trata de uma candidatura com condições muito específicas, para um campo de futebol com relvado sintético, dois balneários e bancada com duzentos lugares. Poderá conseguir-se ter os quatrocentos lugares, mas será a Câmara a suportar os custos em excesso. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea fez uso da palavra para dizer que era a favor da construção campo de futebol, pois até já esteve directamente envolvido no desporto. Referiu que o futebol movimenta muitas pessoas, levando-as a frequentar outros espaços e, por isso, uma localização a oeste da vila seria o ideal, pois as pessoas entrariam na vila, e que de outro modo acaba-se com a vila em termos comerciais. -----

O Presidente da Câmara dirigiu-se ao referido deputado, pedindo-lhe que indicasse o local que preenchia esses requisitos, tendo o deputado Firmino Teixeira Várzea dado várias sugestões de locais, nomeadamente por detrás da escola primária ou Quinta da Cerca, entre outras e afirmado ainda que a vontade do dador de terreno, era dar continuidade à escola lá existente. -----

O Presidente da Câmara respondeu que por detrás da escola vai haver um loteamento e em relação ao desvio do fluxo das pessoas, disse nunca ter verificado grande afluência externa nos jogos de futebol. Acrescentou que numa primeira fase se tinha pensado em abdicar do pavilhão Multiusos e colocar lá o campo de futebol mas, de acordo com o estudo feito, concluiu-se que o campo de futebol não cabia lá. Referiu ainda haver falta de

terrenos para construção e por isso as alterações do Plano Director Municipal eram importantes. Relativamente à escola que se encontrava na quinta, o Presidente da Câmara disse que já fechou. Acrescentou que se estava a falar de um testamento que já foi feito há cem ou duzentos anos e que o campo de futebol não irá ficar tão afastado do centro da vila, porque, segundo o plano de urbanização do fundo de vila, “a vila vai lá chegar”. Disse ainda que não há qualquer violação do Plano Director Municipal e todo o processo está a ser acompanhado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte. Em relação ao pedido feito à Câmara pelo deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, o Presidente da Câmara Municipal disse que todas as obras vêm descritas nos documentos da Assembleia, na área da contabilidade. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra para dizer que toda a gente sabe que, não há contenção na despesa, e perguntou ao Presidente da Câmara como explicava que, com tanto pessoal, o controlo das obras era feito na contabilidade. Acrescentou que, como não há designação das obras e seus custos, “a contabilidade é feita como bem apetece!”. Disse ainda que afinal existe um testamento, e se não se sabe dele, deve-se ir ao Notário. Finalizou a sua intervenção dizendo que o senhor Presidente sonega as informações e depois diz que as pessoas estão mal informadas, solicitando ao Presidente Câmara que mostrasse a correspondência tida com o Secretário de Estado do Desporto, acerca da construção do campo de futebol. -----

O Presidente da Câmara retomou a palavra para dizer que qualquer pessoa sabe que o problema da oposição é não querer que se construa o campo de futebol nesta altura e que se recusava a acreditar que havia pessoas a mover os cordelinhos para não se conseguir tal pretensão. Acrescentou ter testemunhas em como dizem que a Câmara Municipal não vai ter mais nenhuma obra até ao final deste mandato e, que se o Governo decidir em contrário, a Câmara não tem culpa nenhuma. Disse ainda que as pessoas têm de perceber que as condições podem alterar-se, como foi o caso do futebol de Barqueiros, devido à Lei das Finanças Locais e que nessa altura não virou as costas ao problema, pedindo uma reunião com os dirigentes do futebol de Barqueiros para explicar a situação e que eles compreenderam. Terminou dizendo que neste caso, houve uma reunião formal e o compromisso assumido pelo Secretário de Estado, pelo facto do município ser carenciado a nível destas estruturas. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu a palavra para referir que os estádios normalmente surgem nas periferias e semi- periferias, pois os centros nem sempre são os

melhores locais, por causa do tráfego e na área do futuro campo de futebol poderá vir a ser uma zona em expansão. Referiu que, face ao condicionalismos existentes seria positivo que o projecto tivesse “pernas para andar”, em termos de financiamento. -----

O deputado Firmino Teixeira Várzea fez uso da palavra para referir que todos os elementos do Partido Socialista e ele em particular, estavam a favor da construção do campo de futebol, mas preocupavam-se mais com o desenvolvimento da vila. Terminou dizendo que o Presidente da Câmara devia pedir desculpas à bancada do Partido Socialista e ao Professor Carlos Miranda em particular, pelo facto de na altura ter feito uma apreciação do carácter e sobretudo da forma como o fez, relativamente à situação do campo de futebol de Barqueiros. -----

O Presidente da Câmara referiu que já não se lembrava dos contornos dessa situação, mas a ser assim “tínhamos todos de andar de joelhos a pedir desculpas uns aos outros”.--

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu à Presidente da Assembleia para intervir no tempo de intervenção da deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves o que foi aceite. Referiu que já era costume o Presidente da Câmara fugir às situações, acusando o Partido Socialista de fazer contra – vapor nos corredores do poder e que não sabia como era possível o local ainda ser considerado reserva agrícola e já se estar a negociar a construção do campo de futebol. -----

No ponto número dois da ordem de trabalhos, sobre a apreciação da informação escrita do presidente da Câmara acerca da actividade Municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes, a Presidente da Assembleia solicitou a palavra ao Presidente da Câmara para fazer um breve esclarecimento sobre o assunto. -----

O Presidente da Câmara disse não ter esclarecimentos a prestar, uma vez que todos tinham recebido previamente os documentos, mostrando-se disponível para qualquer questão que surgisse. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra para referir que o Presidente da Câmara fala das obras na actividade Municipal mas depois não as torna visíveis. -----

A Presidente da Assembleia solicitou ao deputado para se circunscrever ao ponto em discussão e não voltar a falar sobre o ponto anterior. -----

Não houve mais intervenções. -----

No ponto número três da ordem de trabalhos – Documentos de Prestação de Contas do ano de 2007 – Proposta de Aprovação, tomou a palavra o deputado Júlio da Fonseca

Esteves para ler a declaração de voto subscrita pelos membros eleitos pelo Partido Socialista que se anexa.-----

De seguida, tomou a palavra o vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, com a anuência do Presidente da Câmara, para fazer uma análise a algumas situações da actividade Municipal, nomeadamente no que respeita a acumulação de funções de alguns funcionários, especificando os casos do Chefe de Divisão de obras, cujo pedido de acumulação datava de/há catorze anos, da Chefe de Divisão e do Engenheiro Pedro Ferreira. -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que a Chefe de Divisão não faz escrita de empresas que trabalham directamente com a Câmara e que desconhecia que o Engenheiro Pedro Ferreira exercia actividade particular. Alertado para esse facto, foi informado pelo Engenheiro Pedro Ferreira que exerceu tal actividade esporadicamente e que por essa razão, julgou não ser preciso formalizar tal situação. O Presidente da Câmara reconheceu ser uma falta mas que não trouxe qualquer prejuízo para a Câmara Municipal. -----

Posta a proposta a votação, esta foi aprovada por maioria, com catorze votos dos membros do partido social-democrata a favor e sete votos contra dos membros eleitos pelo partido socialista, com apresentação de declaração de voto. -----

No ponto número quatro da ordem de trabalhos – Aplicação do Resultado Líquido do ano de 2007 - Proposta de Aprovação, o deputado Júlio da Fonseca Esteves pediu a palavra para dizer que não recebeu nenhum documento com essa proposta, tendo a Presidente da Assembleia referido que fazia parte do documento da prestação de contas de 2007. --

O deputado Júlio da Fonseca Esteves referiu que este ponto não deveria existir, pois não há uma proposta concreta para votação. -----

O Presidente da Câmara ausentou-se da sala por momentos, pois informou à mesa que se encontrava adoentado e que o vereador António Adelino Osório o substituíra. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia fez uso da palavra para referir que, como não houve resultados positivos, o ponto quatro não seria necessário. -----

Com o acordo de todos, o ponto número quatro foi retirado da ordem de trabalhos da presente reunião. -----

No ponto número cinco da ordem de trabalhos – Aprovação da 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2008 - a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou que existem vários pontos que estão na base da

revisão, nomeadamente a construção do campo de futebol, a abertura dos acessos ao Centro Escolar, um outro relativo à aquisição de um terreno da praia fluvial da Rede, pois surgiu uma pessoa a reclamar uma parcela de terreno que custou à Câmara dois mil e quinhentos euros, arranjos exteriores no Bairro Sá Carneiro, entre outros. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves fez uso da palavra para referir que não consegue entender como se pode prever uma verba sem documentos que comprovem os compromissos assumidos pela Administração Central. -----

Posta a 1ª revisão dos Documentos Previsionais a votação, esta foi aprovada por maioria, com catorze votos dos deputados do Partido Social Democrata a favor e sete votos dos membros eleitos pelo Partido Socialista contra, com apresentação de declaração de voto que se anexa.-----

No ponto número seis da ordem de trabalhos - Criação da Comunidade Intermunicipal do Douro – proposta de adesão, a Presidente da Assembleia apresentou os pressupostos que estão na base da proposta de adesão e como não houve qualquer intervenção, a proposta de adesão foi de imediato posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

No ponto número sete da ordem de trabalhos – Designação de um membro para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a Presidente da Assembleia informou os presentes que a deputada Sandra Cristina Barbosa Ferreira não podia continuar a integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, devido aos seus compromissos profissionais, e por isso, era necessário designar um novo membro para a substituir. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia propôs a deputada Maria João dos Santos Martins Monteiro e a deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves propôs o Doutor Carlos Pombo, dizendo que se tratava de um advogado com experiência feita e que era necessário alguém da área jurídica na referida Comissão. -----

Apresentadas as propostas a votação secreta, o resultado foi o seguinte: oito votos a favor da lista B que representava o Doutor Carlos Pombo e treze votos a favor da lista A que representava a deputada Maria João Monteiro, passando a integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens a deputada Maria João Monteiro. -----

No período aberto ao público, não houve intervenções.-----

Para efeitos imediatos, foi feita a minuta da acta, que depois de lida foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



MESÃO FRIO

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e vinte cinco minutos. Dela se lavra esta acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da mesa da Assembleia. -----

Presidente:

1º Secretário:

2ª Secretária: